

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE
Instituto de Apoio Jurídico Popular (AJUP)

A série Ajup (Instituto de Apoio Jurídico Popular) reúne dois dossiês. No dossiê Publicações é possível encontrar a publicação *Seminários*, com artigos e teses sobre a popularização do Direito. Encontra-se nele também a coleção *Socializando conhecimentos*, que aborda a diferença entre posse e propriedade, a construção de uma sociedade civil sem fins lucrativos, a propriedade da terra na Constituição de 1988, questionamentos sobre as terras devolutas e o cooperativismo. No mesmo dossiê há ainda edições da coleção *Aconteceu na Justiça*, com análises de casos e processos judiciais, além de correspondências, folheto explicativo sobre a Ajup e a publicação *Direito Insurgente*. Por sua vez, o dossiê Tribunal Permanente dos Povos traz a documentação da sessão do TPP ocorrida no Rio de Janeiro, em 1990, e que foi organizado pela Ajup junto com outras entidades.

DESCRIÇÃO

FUNDO: MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO

CONJUNTO: ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

SÉRIE: Instituto de Apoio Jurídica Popular (Ajup)

SUB-SÉRIE:

DOSSIÊ: Publicações

CLASSIFICAÇÃO

FUNDO: MSPP

CONJUNTO: ong

SÉRIE: AJUP

SUB-SÉRIE:

COMPLEMENTO: u

CÓDIGO: MSPP/ong.AJUP.pub

DOCUMENTOS

NÚMERO DE PASTAS: 03

PRODUÇÃO

PERÍODO: 00/06/1986 a 00/11/1994

ANO DE: 1986 até 1994

PRECISÃO DE DATA

- SEM DATA []
- DATA EXATA [x]
- DATA PROVÁVEL []
- DÉCADA CERTA []
- DÉCADA PROVÁVEL []

RESUMO

Reúne alguns exemplares da publicação *Seminários* (1986 – 1994), onde são encontrados artigos e teses com a proposta de popularizar o Direito, com algumas temáticas como: Direito do trabalho, Direito Penal, Direito de Negros e Índios, assessoria popular, justiça agrária, e social em geral, além da temática da democratização do Judiciário.

A coleção *Socializando Conhecimentos* (1986 – 1993) apresenta questões como: a diferença entre posse e propriedade, como construir uma sociedade civil sem fins lucrativos, a propriedade da terra na Constituição de 1988, questionamentos sobre as terras devolutas e cooperativismo, no âmbito do direito enquanto interesse popular. Há ainda edições, de 1986 a 1991, da coleção *Aconteceu na Justiça*, que traz análises de casos e processos judiciais, com trechos dos julgamentos e embargos.

Constam ainda correspondências, um folheto explicativo sobre a AJUP, a publicação bianual *Direito Insurgente* (1987 – 1989) que trata da própria instituição, suas atividades, propostas, contando ainda com alguns artigos.

NOTAS

OBSERVAÇÕES:

ANEXOS:

REMISSIVAS:

DESCRITORES

Abra – Associação Brasileira de Reforma Agrária

Ajup – Instituto Apoio Jurídico Popular

Alicia Herrera Rivas (juíza chilena)

Antoine Jeammaud (professor Universidade Saint-Etienne/França)

Antônio Carlos Silva Biscaia (Procurador-Geral do estado do Rio de Janeiro)

Assistência jurídica

Belisário dos Santos Junior (conselheiro AJUP)

Camilo Borrero (professor Universidade Nacional da Colômbia)

Carlos Frederico Marés de Souza Filho (conselheiro AJUP)

Carlos Magno Nazareth Cerqueira (secretário PMERJ)

Cees de Rover (tenente-coronel da polícia holandesa)

Celso Fernando Campilongo (professor PUC-SP)

Cidadania

Cipa – Centro de Investigação e Promoção Amazônica (Peru)

Conflito por terra

Constituição Federal Brasileira 1988

Daniel Turibio Rech (assessor jurídico CPT)

Daniel Turibio Rech (diretor Ajup)

Daniel Turibio Rech (tesoureiro Ajup)

Direito à terra

Direito dos povos

Direito penal

Direito popular
Direito trabalhista
Direitos humanos
Direitos indígenas
Direitos territoriais
Eduardo Guimarães de Carvalho (professor Ippur/UFRRJ)
Estado de direito
Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Francisco Ballón Aguirre (assessor jurídico Cipa)
Função social da propriedade rural
Hélio Pereira Bicudo (conselheiro Ajup)
ITC/PA – Instituto de Terras e Cartografia do Paraná
Jacques Távora Alfonsin (assessor MST)
Jacques Távora Alfonsin (conselheiro Ajup)
João Luiz Duboc Pinaud (colaborador Ajup)
João Luiz Duboc Pinaud (professor UFF)
José de Souza Martins (acadêmico)
José de Souza Martins (conselheiro Ajup)
José Eduardo Faria (professor USP)
José Reinaldo de Lima Lopes (professor USP)
Justiça Agrária
Justiça social
Legislação fundiária
Legislação trabalhista
Lei de Terras de 1850
Letacio Jansen (ex-Procurador Geral do estado do Rio de Janeiro)
Luiz Edson Fachin (advogado do ITC/PA)
Luiz Eduardo Greenhalgh (conselheiro Ajup)
Luta de classes
Maranhão
Miguel Lanzelloti Baldez (coordenador do Estágio de Formação Jurídica da Ajup)
Miguel Pressburger (coordenador Ajup)
Nilo Batista (advogado Ajup)
Nilson Marques (conselheiro Ajup)
Olympio de Sá Souto Maior Neto (promotor da justiça do estado do Paraná)
ONGS – Organizações Não-Governamentais
Oswaldo de Alencar Rocha (conselheiro Ajup)
Posse da terra
Propriedade rural
Salvino José dos Santos Medeiros (diretor-secretário Ajup)
Segurança pública
Sonia H. Novaes G. Moraes (diretora Abra)
Violência no campo
Violência policial

DESCRIÇÃO

FUNDO: MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO

CONJUNTO: ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

SÉRIE: Instituto de Apoio Jurídica Popular (Ajup)

SUBSÉRIE:

DOSSIÊ: Tribunal Permanente dos Povos

CLASSIFICAÇÃO

FUNDO: MSPP

CONJUNTO: ong

SÉRIE: AJUP

SUBSÉRIE:

COMPLEMENTO: tpt

CÓDIGO: MSPP/ong.AJUP.tpp

DOCUMENTOS

NÚMERO DE PASTAS: 1

PRODUÇÃO

PERÍODO: 29 de junho

ANO DE: 1990

PRECISÃO DE DATA

- SEM DATA []
- DATA EXATA [X]
- DATA PROVÁVEL []
- DÉCADA CERTA []
- DÉCADA PROVÁVEL []

RESUMO

Trata-se dos votos proferidos na sessão do Tribunal Permanente dos Povos (TPP) realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1990, bem como da petição inicial de denúncia escrita pelo advogado João Luiz Duboc Pinaud, do Instituto de Apoio Jurídico Popular (AJUP) e a decisão então proferida. O Tribunal Permanente dos Povos foi idealizado pelo advogado e senador italiano Lelio Basso e criado em 1979. Constitui-se em tribunal internacional independente das autoridades estatais. As sessões do TPT são propostas internacionalmente visando investigar, julgar e propor soluções para graves violações de direitos humanos que permanecem impunes no sistema formal de justiça. As sessões têm formato de tribunal de júri e são presididas e julgadas por personalidades ligadas à defesa dos direitos humanos, independentemente do fato de desempenharem carreira de juízes. A sessão brasileira do TPP, de que tratam os documentos contidos neste dossiê, teve por objetivo denunciar práticas sistemáticas de violência contra povos indígenas, trabalhadores rurais, menores, populações periféricas e carcerárias no Brasil. Junto com a AJUP, assinam a denúncia o CIMI, a CPT, a Comissão Justiça e Paz de São Paulo – CJP, a FASE, o IBASE e o INESC. Esta sessão brasileira do TPP foi coordenada pelo advogado Miguel Pressburguer. A decisão é assinada por José de Souza Martins, como um dos juízes que compõe o tribunal, junto com Salvatore Senese e Luigi Ferrajoli. E o júri, cujos votos constam no documento, foi constituído por Hermann Assis Baeta, Nilo Batista, Eliana Athayde e Artur Lavigne.

NOTAS

OBSERVAÇÕES: Apesar de ter sido organizado junto com outras entidades, é evidente a atuação central dos advogados e coordenadores da AJUP nesta sessão do TPP.

ANEXOS:

REMISSIVAS:

DESCRITORES

Ajup – Instituto de Apoio Jurídico Popular

Cimi – Conselho Indigenista Missionário

Conflitos em áreas indígenas

CPT – Comissão Pastoral da Terra

Criminalização da pobreza

Demarcação de Terras Indígenas

Direito da criança e do adolescente

Direito penal

Direitos humanos

Direitos indígenas

Fase - Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Inesc – Instituto de Estudos Sócio Econômicos

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

João Luiz Duboc Pinaud (colaborador AJUP)

José de Souza Martins (conselheiro AJUP)

Miguel Pressburger (coordenador AJUP)

Nilo Batista (advogado AJUP)

Povos indígenas

Terras indígenas

Trabalhador rural

Tribunal Permanente dos Povos (TPP)

Violência no campo

